

RESUMO EXPANDIDO - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E FORMAÇÃO DOCENTE
NA EAD: RELATOS E REFLEXÕES

**ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA: RELATOS E REFLEXÕES**

Lucas Mateus De Sousa Moura (mateusdemoura89@gmail.com)

Alane Élen Silva De Medeiros (alane.1421905@educar.rn.gov.br)

ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA: RELATOS E REFLEXÕES

¹ Lucas Mateus de Sousa Moura Graduando em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lucas.moura53489@alunos.ufersa.edu.br;

² Alane Élen Silva de Medeiros Graduada pelo Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), alane.1421905@educar.rn.gov.br.

INTRODUÇÃO: A Educação a Distância revela-se, na contemporaneidade, instrumento de democratização do ensino superior, ao proporcionar acesso

alargado a indivíduos que, por razões geográficas ou de tempo, se encontravam afastados das instituições presenciais. Consoante Belloni (2002), tal modalidade fundamenta-se em proposta pedagógica rigorosamente planejada, na qual as Tecnologias da Informação e Comunicação convertem-se em elemento estruturante da mediação didática. Outrossim, confere ao discente autonomia para conduzir seu percurso formativo, facultando-lhe a flexibilidade de horários e ambientes de estudo, ao passo que exige do futuro docente a reinvenção das competências inerentes à prática presencial, agora transpostas para o espaço virtual.

No contexto da formação docente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) estabelece a obrigatoriedade do estágio supervisionado como componente curricular decisivo para conjugar saberes teóricos e habilidades práticas. Tal preceito legal ressalta que ensinar transcende a mera exposição de conteúdos, implicando exercício reflexivo e investigativo face às situações reais de aprendizagem. Quando essa vivência se realiza no ambiente a distância, configura-se o desafio de recriar instâncias de interação profissional por meio de recursos digitais, desafiando as fronteiras entre o presencial e o remoto.

O acesso amplo a videoaulas, conferências e repositórios multimídia, aliado a ambientes virtuais que congregam fóruns, chats e materiais didáticos, transforma o estágio obrigatório em experiência singular. Anderson (2008) acentua que, na EaD, as interações professor-aluno, aluno-conteúdo e aluno-aluno necessitam de cuidadoso arranjo para fomentar o engajamento e conferir significado aos conteúdos, sobretudo quando se trata de disciplinas complexas, tal como a Matemática. Assim, impõe-se ao estagiário a aptidão para conceber atividades que entrelacem teoria e prática em meio digital e a destreza no emprego de simuladores, calculadoras financeiras e softwares de álgebra para tornar palpáveis abstrações matemáticas.

Ademais, o Parecer CNE/CP n.º 28, de 2001 (BRASIL, 2002), define diretrizes para a carga horária e supervisão do estágio, sem, porém, antecipar as especificidades da modalidade a distância. Compete, pois, às instituições superiores estabelecer adaptações que promovam experiências formativas

condizentes com o ensino remoto, garantindo ao estagiário o exercício reflexivo do ofício docente, ainda que desvinculado do espaço físico tradicional.

Este resumo expandido propõe relatar as experiências de estágio em disciplinas de Matemática — equações do segundo grau, juros e polinômios, matrizes e sistemas lineares — nas quais foram mobilizados diversos recursos tecnológicos: videoaulas expositivas, fóruns temáticos, simuladores interativos e atividades colaborativas. Em seguida, conduz-se reflexão acerca das metodologias empregadas, das competências desenvolvidas e dos entraves identificados.

Ao focar o diálogo entre teoria e prática na EaD, pretende-se demonstrar que o estágio supervisionado não consiste em mera replicação do modelo presencial em ambiente virtual, mas assume feição de laboratório pedagógico, no qual o futuro professor aperfeiçoa seu estilo de ensinar, consolida sua identidade profissional e interioriza estratégias de mediação que atendam à heterogeneidade de perfis e à dispersão geográfica dos discentes. As reflexões a seguir examinam, portanto, como a transposição da sala de aula tradicional para o espaço digital instaura novas possibilidades de inovação metodológica e fortalece a capacidade do docente em formação para atuar com criatividade e erudição na educação remota.

DESENVOLVIMENTO: Nas experiências relatadas, o ensino dos conteúdos matemáticos revestiu-se de uma combinação sinérgica de recursos digitais que transcenderam os limites do espaço físico de aprendizagem. Videoaulas cuidadosamente roteirizadas serviram de fio condutor para a introdução conceitual dos temas, oferecendo aos discentes a possibilidade de revisitar modelos teóricos conforme seu ritmo de estudo. Fóruns de discussão, por sua vez, constituíram-se em ambientes férteis para o diálogo matemático, pois permitiram o intercâmbio de dúvidas e hipóteses em formato textual, o que favoreceu o desenvolvimento da argumentação lógica e da capacidade de comunicação escrita (ANDERSON, 2008). Simuladores e softwares interativos ofereceram suporte para a visualização dinâmica de gráficos e transformações algébricas, proporcionando aos estudantes uma dimensão concreta de

processos abstratos, como a variação do discriminante nas equações do segundo grau ou a evolução exponencial em regimes de juros compostos (MOORE; KEARSLEY, 2008).

A alternância entre momentos síncronos e assíncronos revelou-se crucial para manter o engajamento estudantil. Nas sessões ao vivo, o professor conduziu resoluções colaborativas, orientando o passo a passo de problemas contextualizados, o que favoreceu o protagonismo discente ao incentivar a apresentação de soluções e justificativas em tempo real. Já nos momentos assíncronos, as atividades foram estruturadas em tarefas graduadas, nas quais o estudante teve de aplicar fórmulas matemáticas em situações extraídas do cotidiano – por exemplo, no cálculo de trajetórias em engenharia amadora ou na projeção de rendimentos financeiros em cenários de investimento familiar. Esse método ensinou a aprendizagem reflexiva postulada por Freire (1996), pois exigiu que o discente confrontasse a teoria com a realidade concreta, ajustando procedimentos e problematizando resultados.

Os estagiários, imersos nessa realidade virtual, adaptaram estratégias pedagógicas tradicionais ao meio digital, desenvolvendo competências específicas. A produção de materiais digitais englobou a elaboração de videoaulas, infográficos e questionários interativos, revelando a necessidade de domínio de ferramentas de edição audiovisual e de plataformas de autoria de conteúdo. A tutoria remota, exercida por meio de chats e videoconferências, exigiu do professor-em-formação habilidades de escuta ativa e de feedback em ambiente mediado por tela. Behar (2013) enfatiza que a mera posse de saberes técnicos não se traduz em competência profissional; importa o modo como tais saberes se concretizam em ações pedagógicas que promovam o aprendizado significativo. Nesse diapasão, os relatos demonstram que o estágio em EaD favoreceu o desenvolvimento de saberes complexos, expandindo a identidade docente para além da sala convencional, ao consolidar o professor como mediador digital, capaz de planejar, executar e avaliar processos de ensino-aprendizagem em plataformas virtuais (BRASIL, 2017).

CONCLUSÕES: O conjunto de experiências demonstrou que o estágio obrigatório na modalidade EaD contribui positivamente para a formação docente, fortalecendo a articulação de saberes teóricos com a prática pedagógica em contexto digital. Apesar das dificuldades iniciais (por exemplo, infraestrutura deficiente), os estágios possibilitaram a aplicação efetiva de metodologias inovadoras, preparando o futuro professor para a realidade tecnológica atual (BARRETO, 2022). Conclui-se que a supervisão de estágio em EaD deve ser sistematizada para contemplar formação em ferramentas digitais e metodologias a distância, garantindo que o estágio cumpra seu papel de aperfeiçoamento profissional. Destaca-se a necessidade de maior suporte institucional, a fim de ampliar a qualidade do estágio e consolidar as práticas exitosas identificadas.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Terry. The theory and practice of online learning. 2. ed. Edmonton: Athabasca University Press, 2008.

BARRETO, Edna S. O ecoar das vozes de professoras de estágio supervisionado obrigatório de ciências biológicas: a história que ninguém te conta. 2022. Tese (Doutorado em Ensino das Ciências) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

BEHAR, Adelson. Competência profissional docente: uma questão em aberto. In: __, __. Competências docentes e políticas públicas: análise crítica da BNCC e PCC*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 45-60.

BELLONI, Mário Luiz. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 78, p. 117–142, 2002.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 28, de 2 de outubro de 2001. Define duração e carga horária dos cursos de formação de professores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica. Brasília, 2017.

RODRIGUES, Micaías Andrade. Quatro diferentes visões sobre o estágio supervisionado. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 75, p. 201–220, 2018.

Palavras-chave: educação; competências; professores; metodologias; ead.